

A POLÍTICA ECONÔMICA DOS ANOS 80: ESTAGNAÇÃO COM ENVELHECIMENTO DA ESTRUTURA PRODUTIVA E PRESERVAÇÃO DO EMPREGO NO BRASIL¹

Josmar Cappa²

1. A ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE A DÉCADA DE 1980

A política econômica brasileira durante a década de 1980 pode ser explicada por duas razões principais. A primeira é que nos anos 70 completou-se o padrão de industrialização da Segunda Revolução Industrial, cujos setores líderes são químico, aço, elétrico e petróleo. Com o II PND (1974-1979), internalizou-se a produção de insumos intermediários e de bens de capital de alta tecnologia, o que permitiu completar o processo de reprodução endógena e ampliada do capital, iniciado com o Plano de Metas (1956-1961)³. Não obstante, ao mesmo tempo em que a estrutura econômica do País tornou-se diversificada e integrada, manteve-se a heterogeneidade econômica na indústria brasileira porque, ao lado das empresas modernas e dinâmicas, convivem empresas arcaicas e ineficientes.

1 Este artigo corresponde a uma parte, revista e modificada, do capítulo 2 da tese de doutorado do autor: "Sistema de relações de trabalho no Brasil: um estudo sobre problemas e dilemas entre Estado, empresários e trabalhadores a partir das transformações econômicas e políticas introduzidas no final do século XX".

2 Doutor em Economia pela Unicamp. Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativa da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Faceca - PUC-Campinas)

3 Neste estudo, não se tem o objetivo de discutir por que não existe consenso na literatura econômica sobre o significado do II PND. As principais controvérsias sobre esse assunto são: i) o cumprimento parcial de suas metas; ii) a utilização excessiva do financiamento externo; iii) os aumentos das taxas de juros internas e da dívida pública; iv) de ter sido implementado durante uma recessão no comércio internacional (1973-1974); v) de não ter articulado diferentes interesses privados e públicos; e vi) os seus efeitos para o desempenho da economia brasileira nos anos 80. Mais detalhes sobre o assunto podem ser vistos em Lessa, 1978; Tavares, 1978; Carneiro, 1991:p.8-30 ; Goldenstein, 1994:p.76-84.

A segunda é que, depois do II PND, predominou no País uma situação de estagnação econômica caracterizada pelo crescimento médio do PIB de 2,9 % ao ano, entre 1980-1989. Houve recessão econômica entre 1981 e 1983. Depois, de 1984 a 1986, ocorreu recuperação econômica incentivada, entre outros, pelas exportações, principalmente para os EUA e pela edição do Plano Cruzado I. Posteriormente, entre 1987 e 1989, houve estagnação econômica, permeada por tentativas de ajustes macroeconômicos para, sobretudo, evitar a manifestação das conseqüências (econômica, política e social) de uma hiperinflação.

No caso brasileiro, as dificuldades para construir um novo ciclo de crescimento econômico sustentável nos anos 80 estiveram relacionadas à elevação das taxas de juros dos EUA e do preço do petróleo, responsável pela deterioração das relações de troca no comércio internacional⁴. Ambas, ocorridas em 1979, provocaram tanto uma recessão econômica internacional, que durou até meados de 1983, quanto desequilíbrios no balanço de pagamentos, em especial dos países endividados da periferia do capitalismo, devido, sobretudo, aos problemas de manutenção do crescimento das exportações e de atendimento dos compromissos com a dívida externa.

Em grande medida, a elevação das taxas de juros dos EUA foi utilizada para reafirmar a hegemonia do Dólar no mercado financeiro internacional e para financiar seus déficits fiscal e comercial, persistentes desde o início da década de 1970. Esse aumento das taxas de juros atraiu grande parte do capital financeiro e, ao mesmo tempo, reduziu a liquidez internacional. Diante disso, e a partir da moratória do México em 1982, houve uma interrupção no fluxo de créditos externos voluntários para os países altamente endividados, especialmente os da periferia do capitalismo.

Com a ruptura no fornecimento de crédito externo voluntário tornou-se complexo para os países altamente endividados como, por exemplo, o

4 A partir de meados de 1978, a Libor e Prime Rate cresceram de forma ininterrupta, passando, respectivamente, de 9,16% e 9,07% para 12,15% e 12,65% em 1979, chegando aos patamares recordes de 16,77% e 18,83% em 1981. O preço do barril de petróleo passou de US\$ 16,83, em 1979, para US\$ 29,47, em 1980, e US\$ 34,43, em 1981, elevando sua participação no total das importações de cerca de US\$ 4 bilhões, em 1978, para US\$ 6,3 bilhões, em 1979, chegando a US\$ 9,4 bilhões, em 1980 (Carneiro, 1991).

Brasil cumprirem os pagamentos da dívida externa e manterem-se inseridos no comércio internacional de forma não subordinada aos interesses gerais do mercado financeiro internacional. Para superar essas dificuldades, e evitar os riscos de uma inadimplência no mercado financeiro internacional, o FMI, o BIRD, o BID, o BIS, entre outros, condicionaram o apoio político e o fornecimento de novos recursos financeiros à implementação de um conjunto de políticas macroeconômicas recessivas⁵. O intuito foi, sobretudo, reduzir os déficits em conta corrente, basicamente por meio da geração de superávits comerciais crescentes. Assim, haveria recursos tanto para cumprir os pagamentos do serviço da dívida externa quanto para equilibrar o balanço de pagamentos.

No início dos anos 80, as políticas macroeconômicas do FMI eram basicamente: i) a realização de ajustes fiscais para aumentar as receitas e reduzir as despesas públicas; ii) a adoção de políticas monetárias restritivas para limitar a emissão de moedas, elevar as taxas de juros internas e inibir o consumo; e iii) as desvalorizações da taxa de câmbio para gerar superávits comerciais crescentes, pagar os serviços da dívida externa e equilibrar o balanço de pagamentos.

As políticas macroeconômicas do FMI contribuíram para dificultar a retomada do crescimento econômico sustentável por, pelo menos, três motivos principais. Primeiro, houve dificuldades imediatas para gerar superávits comerciais crescentes devido, entre outros: i) aos diferenciais de competitividade existentes no comércio internacional; ii) às incertezas quanto à realização de novos investimentos diante, por exemplo, de taxas de juros elevadas; e iii) à recuperação do mercado interno incentivada pelo crescimento das exportações e seus efeitos multiplicadores sobre o emprego e a renda.

Segundo, durante a década de 1980 houve um processo de fragilização das contas do governo federal caracterizado pelo crescimento da dívida interna. Essa fragilização foi provocada, principalmente: i) pelas altas taxas de juros; ii) manutenção dos subsídios e incentivos fiscais para incentivar as exportações; iii) quedas nas receitas tributárias; iv)

5 Daqui para a frente foi utilizado também políticas macroeconômicas do FMI.

pelo crescimento da inflação e de emissões de títulos públicos, com vencimentos cada vez menores e juros crescentes, para, ao mesmo tempo, cobrir os déficits públicos e adquirir direitos sobre os superávits comerciais privados para pagar a dívida externa; e v) estatização da dívida externa originada com a transferência da dívida privada para o setor público.

Terceiro, diante da interrupção do acesso aos recursos internacionais, surgiram dificuldades para manter os pagamentos do serviço da dívida externa e continuar inserido no comércio internacional, fazendo com que o Brasil fosse obrigado, por vezes, a pedir moratória e novos empréstimos externos, especialmente ao FMI. Por isso, nos anos 80, apesar das transferências cada vez maiores de recursos do País para o mercado financeiro internacional, houve crescimento da dívida externa⁶.

Como contrapartida das políticas macroeconômicas do FMI, ocorreu elevada instabilidade econômica, além de dificuldades para promover a retomada do crescimento sustentável. Isso porque, as transferências de recursos reais para o exterior geraram as restrições cambial⁷ e fiscal⁸ que dificultaram, simultaneamente, a redução da dívida interna, o combate à inflação e a realização de novos investimentos (públicos e privados).

6 No total, entre 1980 e 1988, o Brasil transferiu para o mercado financeiro internacional US\$ 91,5 bilhões, sob a forma de pagamento de juros da dívida externa. Não obstante, em igual período, a dívida externa de médio e longo prazo do País chegou a US\$ 115 bilhões, um crescimento de US\$ 60,9 bilhões (Andrade, R.P. O Plano Collor e a restrição externa. In: *Jornal do Economista*. São Paulo: Corecon, n. 25, maio, 1990, *apud* Mattoso & Oliveira, 1990:p.17).

7 A restrição cambial não significa uma incapacidade absoluta para importar, mas dificuldades em gerar superávits comerciais crescentes para evitar os desequilíbrios no balanço de pagamentos (Carneiro, 1991:p.122-130). Nos anos 80, sua manifestação ocorreu, pela primeira vez, em fevereiro de 1987 e obrigou o Brasil a decretar moratória da dívida externa.

8 A crise fiscal é um desdobramento da crise cambial. O governo federal concede subsídios e incentivos, fiscais e creditícios, para estimular o setor privado a exportar, com intuito de gerar superávits comerciais e pagar os serviços da dívida externa (ajuste externo). Isso contribuiu para ampliar o déficit do setor público. Para financiá-lo e adquirir direitos sobre os superávits comerciais privados utilizou, principalmente, a emissão de títulos da dívida pública federal. Porém, as necessidades de obter superávits comerciais crescentes, ao lado de outros gastos públicos, provocaram o crescimento das taxas de juros e da dívida pública federal, além do encurtamento de seus prazos de vencimentos. Enfim, uma situação caracterizada por um processo de hiperinflação (Carneiro, 1991:p.168-179).

1.1. Políticas macroeconômicas do FMI e recessão entre 1981 e 1983

As medidas econômicas implementadas pelo governo federal em agosto de 1979 tinham como objetivo básico contrair a demanda interna e promover uma política de desvalorização cambial. Com isso, buscava-se incentivar, principalmente, o grande empresário a direcionar a maior parte de sua produção para o mercado externo (ver Quadro 1). Entre as principais medidas adotadas foram elencadas as seguintes: i) as prefixações da correção monetária em 45% e da taxa de câmbio em 40%, diante de uma inflação estimada em 100%; ii) a desvalorização da taxa de câmbio em 30% (maxidesvalorização cambial); iii) a redução de 10% sobre as taxas de juros; iv) os reajustes das tarifas e preços dos serviços públicos; e v) as mudanças na política salarial por meio de reajustes semestrais para conter as greves realizadas pelos trabalhadores.

Não obstante, persistiram as restrições para fechar o balanço de pagamentos, devido, sobretudo, às dificuldades para ampliar as exportações e as reservas cambiais. Por isso, as pressões dos credores externos (FMI, BIRD e grandes bancos privados internacionais) foram intensificadas para que o Brasil adotasse a política macroeconômica recessiva do FMI, como forma de assegurar a continuidade dos pagamentos dos encargos da dívida externa.

Diante das pressões dos credores externos e das maiores dificuldades para ter acesso ao crédito internacional e da necessidade de gerar superávits comerciais para saldar os pagamentos com o serviço da dívida externa, o governo federal introduziu, em dezembro de 1980, mudanças na política econômica baseadas em dois pressupostos básicos.

Primeiro, que a crise internacional seria passageira, bastando, portanto, um ajuste econômico de curto prazo para, simultaneamente, gerar superávits comerciais crescentes, garantir o pagamento dos encargos da dívida externa e ter acesso novamente ao crédito internacional para retomar o crescimento econômico sustentável.

Segundo, que as exportações comandariam a dinâmica interna de acumulação capitalista. Ou seja, seriam a variável principal do ciclo de crescimento econômico na década de 1980. Nessa concepção, o País cresceria com base nas exportações, manteria as transferências de recursos reais ao exterior, conseguiria financiar os déficits no balanço de pagamentos, desde que reduzidos, e não haveria incompatibilidade entre o crescimento das exportações e a elevação do consumo interno.

Apesar das pressões dos credores externos, a política macroeconômica do FMI significou uma opção estratégica adotada pelo governo federal para estabilizar a economia no curto prazo. Concluído o ajuste econômico, o governo federal esperava obter superávits comerciais crescentes nos anos seguintes para fechar o balanço de pagamentos e reescalonar as amortizações dos encargos da dívida externa brasileira com o FMI, BIRD e grandes bancos privados.

Sob a supervisão do FMI, o governo federal manteve as políticas monetária e fiscal restritivas e introduziu diversas medidas que provocaram uma recessão econômica entre 1981 e 1983, cuja redução média do PIB foi de 1,3% ao ano. Entre outras, foram sublinhadas as que seguem: i) restrições à expansão quantitativa do crédito bancário em níveis inferiores ao da inflação; ii) limitação do crédito ao consumidor; iii) aumento das taxas de juros; iv) diminuição dos gastos públicos com a redução dos subsídios fiscais e investimentos das empresas estatais, além da retirada dos subsídios ao petróleo, trigo e açúcar; v) fim das prefixações das correções monetária e da taxa de câmbio, que voltaram a ser indexadas conforme a inflação medida pelo IGP; vi) reajuste parcial de preços e tarifas de serviços públicos; vii) aumento do IRPF; viii) retomada da concessão dos incentivos e subsídios às exportações; ix) imposição de controles mais rígidos sobre as importações; e x) sucessivas alterações na política salarial para contenção do poder aquisitivo.

O ajuste no balanço de pagamentos alcançado em 1983 foi obtido a um elevado custo social para o País, pois o comércio internacional

passava por uma recessão econômica⁹ e o País registrou um superávit comercial de US\$ 6,5 bilhões, ao compensar a queda de 15% nas exportações brasileiras com a redução de 12% nas importações.

A contrapartida da recessão econômica, porém, foi a maior concentração de renda, o aumento da pobreza e o crescimento do desemprego aberto, entre outros. Considerando-se os dados disponíveis da Fundação SEADE-DIEESE¹⁰, para o caso da RMSP¹¹, a taxa de desemprego chegou a 15,9% em maio de 1981, 14,9% em dezembro de 1982 e 17,4% em março de 1983, tendo caído para 14,8% em junho desse mesmo ano.

1.2. Recuperação econômica entre 1984 e 1986

Em 1984, as políticas fiscal e monetária restritivas foram mantidas para reorganizar a economia por meio do controle das finanças públicas e do combate à inflação. Esses controles estiveram, no entanto, subordinados à geração de elevados superávits na balança comercial que permitissem a continuidade dos pagamentos dos encargos da dívida externa e o equilíbrio do balanço de pagamentos.

Apesar da manutenção das políticas fiscal e monetária restritivas, a partir de meados de 1984, houve um movimento de recuperação da atividade econômica liderado pelo setor industrial. Isso foi possível porque as exportações cresceram, principalmente para os EUA¹², que

9 Iniciada em 1980, a recessão econômica internacional atingiu seu auge em 1982. Posteriormente, os países membros da OCDE cresceram continuamente por sete anos. Entre 1983 e 1989, a variação do PNB real desses países foi de 4,2% ao ano e o comércio mundial no mesmo período cresceu 7% ao ano (Carneiro, 1991:p.40).

10 Essas instituições de pesquisa adotaram a metodologia desenvolvida pelo PREALC. Considera que há diferentes modalidades de desemprego e de subemprego entre a população ocupada e a população considerada inativa. Por isso, é mais abrangente que a PME da Fundação IBGE. Para detalhes, consultar Dieese, 1984:p.34 e Dedecca, 1990.

11 A RMSP é expressiva porque, apesar da desconcentração industrial, ocorrida entre 1970 e 1985, ela ainda é um dos pólos de concentração industrial e populacional mais importantes deste País. Por isso, seu desempenho exerce, direta ou indiretamente, impactos sobre as demais regiões brasileiras. Sobre a desconcentração industrial ver Cano, 1995. Para detalhes sobre a dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho na RMSP ver Dedecca, 1990.

12 Os EUA utilizaram sua posição hegemônica no comércio internacional para honrar seus déficits fiscal e comercial, financiar a disputa armamentista e o programa "guerra nas estrelas" frente à União Soviética e para captar liquidez no mercado financeiro internacional, ao atrair os capitais bancários japonês e europeu. Em 1984, a dívida pública norte-americana chegou a cerca de um trilhão e trezentos bilhões de dólares, algo próximo à circulação monetária do mercado financeiro internacional (Tavares, 1985:p.7).

iniciaram um ciclo de expansão do comércio internacional, e porque a capacidade produtiva instalada ficou subutilizada durante a recessão.

Desse modo, as exportações brasileiras cresceram perto de 23% em 1984, enquanto as importações reduziram-se em cerca de 4%. Houve crescimento do PIB de 5,4% e superávit comercial de US\$ 13 bilhões. O investimento agregado, entretanto, foi mantido em patamares baixos, sobretudo, porque o Estado deixou de investir, como no início da década de 1970, em virtude das restrições cambial e fiscal que recaíram sobre o setor público. A inflação anual ficou em torno de 220% devido ao reajustamento de preços, mas principalmente à especulação financeira, visível pelo crescimento da dívida pública (US\$ 11 bilhões).

Em 1985 encerrava-se a ditadura militar com o início da Nova República. Com isso, o governo federal passou a ser controlado pela Aliança Democrática (união política entre o PMDB e o PFL), vitoriosa na eleição presidencial indireta em fins de 1984. No entanto, a essência da política econômica vigente não foi radicalmente modificada. Para reduzir o déficit público, a dívida interna e combater a inflação adotaram, entre outras, as seguintes medidas econômicas: i) redução de 10% nos gastos governamentais; ii) restrições ao crédito; iii) limites para dificultar a renegociação da dívida das estatais; iv) reativação do controle de preços por meio do CIP; v) tabelamento dos preços das tarifas e serviços públicos como incentivo às exportações; vi) mudanças no cálculo da correção monetária, elevação das taxas de juros e a colocação de títulos como tentativas de eliminar o componente inflacionário do déficit público; e vii) modificação da política salarial ao ampliar para até dez salários-mínimos a faixa salarial que teria reajuste semestral de 100% do INPC.

O desempenho dos agregados macroeconômicos em 1985 foi influenciado, contudo, pela manutenção das exportações (superávit comercial perto de US\$ 12,5 bilhões) e pela recuperação gradual da demanda interna. Essa recuperação esteve relacionada a recuperação do emprego e do salário médio que possibilitou a expansão da massa

salarial e, por conseguinte, do consumo interno¹³. Assim, o PIB cresceu 7,8%, o salário mínimo aumentou 7,5% em termos reais e a taxa média de desemprego anual, na RMSP, apresentou relativa recuperação (12,2%), segundo a Fundação SEADE-DIEESE. Não obstante, a inflação e a dívida pública federal cresceram mais que no ano anterior (235% e US\$ 7 bilhões, respectivamente), devido, sobretudo, à elevação dos encargos financeiros.

Em fevereiro de 1986, o governo federal anunciou o Plano Cruzado que representou uma ruptura com a política econômica vigente. Seus objetivos principais eram controlar a inflação e estabilizar a economia para propiciar a retomada dos investimentos. Para isso, introduziu uma reforma monetária articulada com os tabelamentos de câmbio, preços e salários, além da revisão da política de incentivos e subsídios fiscais e modificação da política salarial (Quadro 1).

Com o Plano Cruzado, a inflação oficial de fevereiro (17,58%) foi reduzida para o patamar médio de 1,5% ao mês, entre março e outubro de 1986. Porém, para consolidar a estabilidade econômica e possibilitar a retomada dos investimentos, era necessário realizar as reformas estruturais anunciadas pela Nova República (tributária, fiscal, administrativa, agrária, entre outras) e iniciar o fim do tabelamento de preços de forma negociada com os empresários para manter a inflação sob controle ou em patamares baixos.

Entre outros, esses assuntos foram analisados pela equipe econômica na reunião de Carajás em meados de junho de 1986. Todavia, além de não ter havido consenso sobre o momento e a forma de introduzir as reformas estruturais, esses problemas acabaram dividindo a equipe econômica e tornaram mais complexa a condução do Plano Cruzado.

As diferenças na equipe econômica tornaram-se aparentes com a edição do Plano Cruzado II. Com ele, o governo federal pretendia, basicamente, conter o consumo, incentivar a poupança privada e recuperar o saldo da balança comercial. Entre as medidas mais importantes, ga-

13 Por exemplo, na indústria, o emprego cresceu 13,4%, o salário médio 6,3% e a massa salarial 20,5% (Carneiro & Miranda, 1986:p.11).

nharam destaque os reajustes de preços e tarifas públicas (ajuste fiscal) e as alterações nas taxas de câmbio, de juros, na legislação tributária e no cálculo da inflação oficial, o IPC. Esse índice passaria a expressar, apenas, a variação dos preços dos alimentos, transportes, moradia e vestuário para a faixa salarial de 1 a 5 salários-mínimos.

A maioria dos trabalhadores apresentou restrições tanto ao conteúdo do Plano Cruzado II quanto ao momento de sua edição. Esse plano econômico de estabilização foi anunciado em 21-11-1986, seis dias após as eleições de novembro de 1986 que garantiram a vitória eleitoral do PMDB. Esses foram os principais motivos que provocaram, pouco a pouco, o fim do apoio popular à fiscalização de preços, que se tornara um importante instrumento de controle da inflação na época.

Para a maioria dos líderes empresariais, a mudança na taxa de câmbio significou que o fim do tabelamento de preços estaria próximo. Razão pela qual, deixou de converter uma parte das reservas cambiais geradas pelas exportações. Desse modo, houve uma queda na balança comercial, provocada também pela redução dos preços no comércio internacional e pelo aumento do consumo interno. Desde setembro de 1986, o País passou a acumular déficits comerciais crescentes que provocaram, em apenas cinco meses (até fevereiro, quando foi decretada a moratória brasileira), uma redução de 66% nas reservas cambiais. Em relação a 1985, elas passaram de US\$ 12,5 bilhões para US\$ 8,3 bilhões ao final de 1986.

As medidas econômicas editadas em novembro de 1986 não impediram a retomada do crescimento inflacionário que, ao lado das reações dos atores sociais (empresários e trabalhadores), foram decisivas para o fim do Plano Cruzado. Entre outubro e dezembro de 1986, a inflação passou de 2% para 7%, chegando a 23% em maio de 1987.

O balanço macroeconômico de 1986 aponta, no entanto, para resultados positivos: i) o PIB cresceu 7,8%, sendo que parte significativa da produção foi direcionada para o mercado interno; ii) os salários médios reais cresceram e a taxa média de desemprego anual, na RMSM, caiu

para 9,6%, segundo a Fundação SEADE-DIEESE; e iii) a taxa de investimentos cresceu, em relação a 1985, ao ficar em 18,7%, mas ficou inferior a de 1980 que foi de 22,9%.

1.3. A estagnação econômica ocorrida entre 1987 e 1989

A economia brasileira, entre 1987 e 1989, caracterizou-se por apresentar curtos períodos de melhorias da atividade econômica e do emprego, sobretudo, nos primeiros meses após a edição dos planos econômicos de estabilização (Plano Bresser, em junho de 1987, e Plano Verão, em janeiro de 1989), ver Quadro 1. Em geral, porque nesses meses foram realizados movimentos de conversão parcial da riqueza financeira em ativos reais. Todavia, ao término dos efeitos iniciais gerados pela redução da inflação, recompunham-se os mecanismos de indexação de preços e a inflação voltava a crescer, atingindo patamares mais elevados que aqueles anteriores a edição dos planos econômicos de estabilização.

Os planos econômicos de estabilização citados tiveram dois aspectos principais em comum. O primeiro é que, apesar do tabelamento de preços e salários, a edição de ambos foi antecedida por remarcações preventivas de preços, que contribuíram para acentuar a perda do poder de compra dos salários. Diante das expectativas de prejuízos com os tabelamentos de preços por períodos indefinidos, as remarcações preventivas tornaram-se um dos instrumentos mais utilizados pelos empresários para defender margens de lucros.

O segundo aspecto é que por meio desses planos econômicos de estabilização o governo federal elegeu a política salarial como uma das principais variáveis de ajuste no combate à inflação. Ou seja, para obter superávits comerciais crescentes procurou manter uma política cambial ativa, articulada com medidas para conter o consumo interno, em especial o arrocho salarial. Basicamente, porque, no momento das edições desses planos, parte da inflação não era incorporada aos salários. Ademais, ao mudar a política salarial, não criou mecanismos suficientes para recompor ou impedir perdas salariais futuras.

Depois de sucessivas derrotas no combate à inflação, o governo da Nova República terminou adotando a política do “feijão com arroz”¹⁴. Isto é, procurava assegurar condições para o pagamento do serviço da dívida externa. Para isso, em janeiro de 1989 desvalorizou a taxa de câmbio em 17% (maxidesvalorização cambial) e depois passou a reajustá-la diariamente (minidesvalorizações cambiais), sendo obrigado, contudo, por várias vezes a atrasar o pagamento do serviço da dívida externa.

Paralelamente, aumentava a dívida pública interna com a emissão de títulos a taxas de juros crescentes e a prazos cada vez menores para resgatar títulos em vencimento (política monetária ativa) e evitar que esses recursos fossem direcionados para ativos reais (imóveis, ouro, Dólar, automóveis, entre outros). Por isso, entre 1988-1989, o total de juros da dívida pública correspondeu a 5,5% do PIB, cerca de 25% da receita tributária, e o déficit público chegou a 6,9% do PIB.

Embora, segundo a Fundação SEADE-DIEESE, a taxa média de desemprego na RMSP tenha passado de 9,7% para 8,7%, entre 1988 e 1989, o custo social do ajuste econômico foi elevado. Em igual período, a taxa oficial de inflação passou de 934% para 1.765%. Além disso, a maior parte do superávit comercial atingido nesses dois anos (US\$ 35 bilhões) foi transferida para o exterior, pois o volume de reservas cambiais ficou próximo ao de 1984 (US\$ 7,3 bilhões). Entretanto, a dívida externa do Brasil passou de US\$ 64,2 bilhões, em 1980, para US\$ 115,1 bilhões, em 1989.

2. INSTABILIDADE MONETÁRIA COM ENVELHECIMENTO DA ESTRUTURA ECONÔMICA E PRESERVAÇÃO DO EMPREGO NA DÉCADA DE 1980

Diante de um contexto de estagnação econômica, marcada, especialmente, pela persistência da inflação elevada, reduzidas taxas de in-

¹⁴ Essa expressão era freqüentemente reiterada pelo então ministro da Economia, Malison da Nóbrega (1988-1989), para enfatizar a disposição de não editar nenhum plano econômico de estabilização para combater a inflação. Seu intuito, no entanto, era evitar comportamentos especulativos entre os atores sociais como, por exemplo, reajustes de preços e formulação de estoques de mercadorias pela população.

vestimentos, público e privado, e ausência de um ciclo de crescimento sustentado, não houve modernização significativa na estrutura econômica do País durante os anos 80.

Em geral, o grande empresário manteve um processo de reorganização patrimonial defensiva. Isso porque, durante a maior parte dos anos 80, o aspecto financeiro foi mais importante que as demais variáveis da administração empresarial como, por exemplo, inovações tecnológicas, organização do processo produtivo e capacitação e gestão da força-de-trabalho.

A reorganização financeira foi possível porque, diante da ausência de concorrência externa e em condições de competição entre oligopólios, o grande empresário: i) compensou a contração do mercado interno com reduções de estoques, das atividades operacionais e demissões de trabalhadores; ii) negociou preços e condições de pagamentos de matérias-primas e serviços com clientes e fornecedores em melhores condições que as pequenas e médias empresas; iii) iniciou e/ou manteve um processo de desindividuação, de elevação do *mark-up*¹⁵ e de aplicações de parte do excedente econômico no mercado financeiro para garantir rentabilidade no curto prazo; e iv) utilizou os subsídios e os incentivos fiscais e creditícios às exportações e às defasagens dos preços praticados pelas empresas estatais como, por exemplo, do aço e da eletricidade para encaminhar boa parte de suas vendas para o exterior.

Apenas os segmentos que se inseriram no comércio internacional introduziram algumas alterações tecnológicas em seus processos produtivos como, por exemplo, introdução de controles numéricos em máquinas convencionais e robôs em setores insalubres (pintura, soldagem). Predominou, entretanto, inovações organizacionais como CEP, CCQ, Kamban, Caixa de Sugestões, células de produção, entre outros. Nos anos 80, os setores econômicos com melhor desempenho exportador foram: metalúrgico, material de transporte, papel e ce-

¹⁵ O *mark-up* expressa a capacidade que o grande empresário tem de formar e administrar preços no mercado em que atua. É calculado pela diferença entre a receita operacional líquida menos o custo de produtos e serviços dividido pelo custo de produtos e serviços.

lulose, borracha e segmentos do setor alimentício, principalmente soja e carnes (Sarti & Furtado, 1990 ; Ruiz, 1994:p.16).

Embora importantes, as mudanças tecnológicas introduzidas nesses setores econômicos não foram suficientes para incorporar plenamente as inovações tecnológicas em curso nos países avançados desde meados da década de 1970. Ademais, foram pequenas *vis-à-vis* a dimensão do parque industrial instalado no Brasil, que ocupava a oitava posição entre as economias capitalistas industrializadas. Desse modo, a estrutura econômica do País foi preservada, mas, ao mesmo tempo, tornou-se obsoleta em relação aos países capitalistas avançados.

Pelas razões supracitadas, na década de 1980 o funcionamento do mercado de trabalho urbano notabilizou-se por apresentar flutuações conforme o desempenho da atividade econômica (recessão, entre 1981-1983, recuperação, entre 1984-1986, estagnação, entre 1987-1989), sem que houvesse um processo de eliminação de postos de trabalho ou persistência de taxas de desemprego elevadas provocadas pela modernização tecnológica. Na RMSP, por exemplo, durante a recessão econômica a taxa de desemprego chegou a 17,4%, oscilou nos anos seguintes em torno de 12% ao ano e em 1989 ficou na média de 8,7%, conforme SEADE-DIEESE (ver Quadro 1).

A redução das taxas de desemprego foi uma característica importante na evolução do mercado de trabalho urbano no Brasil ao longo dos anos 80, sendo, contudo, insuficiente para impedir as manifestações da tendência de precariedade no mercado de trabalho (empregos instáveis, baixa remuneração, sem registro em carteira e condições de trabalho inadequadas) por, pelo menos, três motivos principais.

Primeiro, apesar de difíceis de serem visualizadas, devido, por exemplo, a manutenção da rotatividade no emprego¹⁶ e as oscilações nos

¹⁶ Segundo dados da Rais, a taxa de rotatividade da força-de-trabalho chegou a 50% em 1989, sendo que em cada três trabalhadores alocados no mercado de trabalho formal apenas um, em média, esteve empregado por mais de três anos na mesma empresa.

níveis reais de salários frente ao processo hiperinflacionário, pode-se afirmar que entre 1980 e 1989 não houve redução significativa do total das ocupações por conta própria e do trabalho sem remuneração, enquanto os assalariados sem registro de trabalho cresceram de 14% para 26% e o trabalho formal foi reduzido de 49% para 38%, ver Tabela 1.

Tabela 1 - Estrutura Ocupacional no Brasil (1980-1989)

Discriminação	1980	1989
PEA (n ₀)	44.957,80	62.513,20
Empregador (%)	3,1	4,2
Conta Própria (%)	22,1	21,2
Sem Remuneração (%)	9,2	7,6
Assalariado (%)	62,8	64
Com registro (%)	49,2	38,3
Sem registro (%)	13,6	25,7
Desempregado (%)	2,8	3

Fonte: Censo Demográfico - FIBGE - PNAD

Segundo, o movimento de recomposição relativa do emprego depois da recessão econômica (1981-1983), apesar de importante, ocorreu paralelamente a persistência da estagnação econômica no País e foi acompanhado pela redução do poder de compra dos salários, provocada pela política salarial oficial pela hiperinflação e pela oferta abundante de mão-de-obra. Entre 1979 e 1989, em meio a estagnação, foi possível absorver o aumento da população economicamente ativa, mantendo-se a tendência de redução dos trabalhadores ocupados no campo que passaram de 32,5% para 23,2%, enquanto, em igual período, houve maior participação da população não-agrícola que aumentou de 67,5% para 76,8%, segundo a Fundação IBGE. Essa recomposição do emprego ocorreu, portanto, em circunstâncias desfavoráveis ao funcionamento do mercado de trabalho urbano, de forma que não foi suficiente para obstruir a tendência de precariedade.

A outra mudança importante no funcionamento do mercado de trabalho urbano na década de 1980 foi que a indústria de transformação e a construção civil deixaram de ser determinantes ou de liderarem o processo de geração de empregos no País, interrompendo uma tendência que se manifestava desde meados dos anos 50. Entre outras razões, porque a indústria de transformação, construção civil, além de transporte e comunicações foram os setores mais atingidos pela persistência da estagnação econômica. Por isso, tiveram suas participações relativas no total das ocupações não-agrícolas reduzidas: juntos, passaram de 40,8%, em 1979, para 35,7%, em 1989 (Baltar & Henrique, 1994).

Em parte, essa interrupção também contribuiu para aumentar a precariedade no mercado de trabalho porque a menor participação do setor secundário na geração de empregos foi compensada pelo aumento relativo de ocupações em segmentos do setor terciário, que, por vezes, proporciona empregos precários (instáveis, sem registro em carteira e de baixa remuneração). Houve crescimento relativo das atividades sociais e administração pública, do comércio de mercadorias e de prestação de serviços. Juntos, esses segmentos aumentaram sua participação relativa de 59,2% para 64,3%, entre 1979 e 1989 (Baltar & Henrique, 1994).

Diante da ausência de um movimento efetivo de modernização tecnológica e do envelhecimento da estrutura econômica do País, pode-se inferir que as alterações no perfil dos empregados no mercado formal, verificada a partir de meados dos anos 80, estiveram relacionadas à própria dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho urbano, acentuada pela maior precariedade das relações de trabalho e emprego, aumento da população economicamente ativa e maiores exigências dos empresários para a contratação.

As características principais das mudanças no perfil dos empregados no mercado formal, entre 1980 e 1989, são as seguintes: i) crescimento dos trabalhadores empregados com mais de 29 e acima de 50 anos, cuja participação relativa passou de 46,9% para 55,2% (Tabela 2); ii) elevação do grau de instrução à medida que reduziram o analfabetis-

A política econômica dos anos 80: Estagnação com envelhecimento...

mo, o primário e o ginásio incompletos de 60,2% para 49,9% e aumentaram o ginásio, o colegial e o superior (completos e incompletos) de 39,8% para 50,1% (Tabela 3); e iii) crescimento da oferta de empregos nas empresas com até 10 trabalhadores de 10,5% para 11,4% (Tabela 4).

Tabela 2 - Brasil: Distribuição do emprego formal por faixa etária - 1980-1989 (em %)

Ano	Faixa Etária						
	Menos 17 a	18 a 29 b	a + b	30 a 39 c	40 a 49 d	mais de 50 c	c + d + e
1980	7,5	45,6	53,1	24,4	14,5	8	46,9
1989	4,1	40,7	44,8	29,2	16,7	9,3	55,2

Fonte: MTb/Rais

Tabela 3 - Brasil: Distribuição dos empregados formal por tamanho de estabelecimento - 1980-1989 (em %)

Grau de Instrução	Ano	
	1980	1989
Analfabeto (a)	4,2	3,1
Primário Incompleto (b)	18	11,9
Primário Completo e Ginásio Incompleto c	38	34,9
Total (a + b + c)	60,2	49,9
Ginásio Completo e Colegial Incompleto (d)	16,9	21
Colegial Completo e Superior Incompleto (e)	15,7	19,8
Superior Completo (f)	7,2	9,3
Total (d + e + f)	39,8	50,1

Fonte: MTb/Rais

Tabela 4 - Brasil: Distribuição do emprego formal por tamanho de estabelecimento - 1980-1989 (em %)

Tamanho das Empresas por Nº de Trabalhadores				
Anos	até 10	de 11 a 500	de 501 a 1000	mais de 1000
1980	10,5	48,6	10,4	30,5
1989	11,4	48,2	10	30,4

Fonte: MTb/Rais

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo procurou-se ressaltar que a política econômica dos anos 80 foi, em grande parte, condicionada pela elevação das taxas de juros dos EUA e do preço do petróleo, ambas no final de 1979, pela interrupção nos fluxos de créditos externos voluntários para os países altamente endividados, especialmente os da periferia do capitalismo, com a moratória decretada pelo México em 1982.

Para os países altamente endividados como, por exemplo, o Brasil, as mudanças supracitadas dificultaram significativamente o cumprimento dos pagamentos da dívida externa e a inserção do País no comércio externo de forma não subordinada aos interesses gerais do mercado financeiro internacional. Razão pela qual, na maior parte dos anos 80, a política econômica foi direcionada, sobretudo, para gerar superávits comerciais crescentes, com intuito de pagar os serviços da dívida externa e equilibrar o balanço de pagamentos. Foi a contrapartida exigida pelo FMI, BIRD, BID, BIS, entre outros, para dar apoio político e fornecer recursos financeiros, que, ao mesmo tempo, compensassem as dificuldades para gerar superávits comerciais crescentes e evitassem o surgimento de novos pedidos de moratória da dívida externa.

Não obstante, ressaltou-se que a estrutura econômica do País foi preservada, tornando-se, porém, obsoleta diante da modernização tecnológica introduzida pelos países avançados desde meados dos anos 70. Por esse motivo, o funcionamento do mercado de trabalho urbano no País apresentou as seguintes características principais: i) oscilou conforme o desempenho da atividade econômica, sem que houvesse eliminação de postos de trabalho ou persistência de taxas de desemprego elevadas; e ii) esse movimento foi acompanhado pela tendência de precariedade, cujas manifestações mais visíveis foram elevada rotatividade no emprego, oscilações nos níveis reais de salários e, no total da estrutura ocupacional, participação significativa de ocupações por conta própria, sem remuneração e assalariado sem registro de trabalho.

QUADRO 1 - PRINCIPAIS DECISÕES ECONÔMICAS E PROGRAMAS DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA NA DÉCADA DE 1980

Medidas Econômicas e Programas de Estabilização	Objetivos Básicos	Pontos Importantes	Principais Resultados
2º Semestre de 1979	Reduzir a inflação, combater o déficit público e incentivar o crescimento das exportações para equilibrar o balanço de pagamentos e pagar encargos da dívida externa.	Prefixações monetária de 45% e cambial de 40%, desvalorização cambial de 30%, redução das taxas de juros, reajustes dos preços e tarifas públicas e mudanças na política salarial.	Em 1980: saldo comercial subiu de - US\$ 2.823 p/US\$ 1.202 bilhões, o PIB passou de 9,3% p/ - 4,3%; déficit público operacional foi 6,2% do PIB, inflação oficial de 110,25% foi p/ 95,18%, dívida interna foi de US\$ 41,8 bilhões, dívida externa foi de US\$ 74 bilhões.
Dezembro de 1980	Combater a inflação e o déficit público e elevar as exportações para equilibrar o balanço de pagamentos e pagar encargos da dívida externa.	Fim das prefixações monetária e cambial, redução de gastos públicos, aumento das taxas de juros e do IRPF, retomada dos incentivos e subsídios para as exportações, restrições as importações e mudanças na política salarial.	Recessão entre 1981 e 1983. Em 1983: saldo comercial foi de US\$ 6.470 bilhões, reservas externas de - US\$ 1.555 bilhão, PIB de 2,9%, déficit público operacional de 4,2% do PIB, inflação oficial foi de 210,99%, dívida interna de US\$ 60,2 bilhões, dívida externa de US\$ 93,6 bilhões, desemprego na RMSP chegou a 17,4% em março de 1983, contorne SEADE-DIEESE
Início da ova República em 1985	Reduzir o déficit público, a dívida interna, a inflação e controlar os gastos públicos.	Redução de 10% nos gastos públicos, limites para renegociar a dívida das empresas estatais, aumento das taxas de juros e da colocação de títulos públicos, mudança no cálculo da correção monetária, tabelamento dos preços das tarifas e serviços públicos e mudanças na política salarial.	Em 1985: saldo comercial de US\$ 12.486 bilhões, PIB de 7,8%, déficit público operacional de 4,3% do PIB, inflação oficial foi de 235,56%, dívida interna de US\$ 78,7 bilhões, dívida externa de US\$ 105,1 bilhões, desemprego médio anual na RMSP foi de 12,2% (SEADE-DIEESE).

Fonte: Elaboração do autor.

QUADRO 1 - PRINCIPAIS DECISÕES ECONÔMICAS E PROGRAMAS DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA NA DÉCADA DE 1980 (continuação)

<p>Cruzado 1 (Dec. Lei 2.283, de 27- 02-1986 e Dec. Lei 2.284, de 10- 03-1986)</p>	<p>Combater a inflação, introduzir um novo padrão de desenvolvimento (público e privado) para retomar o crescimento econômico de forma sustentada e criar uma política social efetiva.</p>	<p>Reformas fiscal e monetária, desindexação da economia com tabelamento de preços, salários e da taxa de câmbio, fixação da OTN até 1-3-1987, aplicação da tabita (tabela de conversão para cruzados), criação do IPC, conversão dos salários pela média dos últimos 6 meses, escala móvel de salários (reajuste automático quando o IPC chegasse a 20%) e criação do seguro-desemprego.</p>	<p>Em 1986: segundo o DIEESE, o salário real variou entre 74,8% e 88,4%, conforme a data-base da categoria. Faltou produtos nos supermercados e na cadeia de produção. Saldo comercial de US\$ 8.305 bilhões, PIB de 7,5%, reservas externas de US\$ 4.585, déficit público operacional de 3,6% do PIB, inflação oficial de 62,37% dívida interna de US\$ 85,3 bilhões, dívida externa de US\$ 111 bilhões, desemprego médio na RMSMP foi de 9,6% (SEADE-DIEESE).</p>
<p>Cruzado 2 (21-11-1986, vários decretos- leis)</p>	<p>Aprofundar a desindexação da economia, controlar a demanda agregada p/ conter o crescimento do consumo interno, introduzir mecanismos para financiar investimentos públicos e privados e gerar novos superávits comerciais para evitar uma crise cambial.</p>	<p>Mudou a regra para fixar a taxa de câmbio, reajustou tarifas e preços públicos, criou a LBC, mudou cálculo do IPC, baseando-se na alimentação, transportes e moradia, elevou impostos indiretos (IPI sobre cigarros, bebidas, combustíveis e automóveis), criou mecanismos para incentivar a poupança privada com o PAIT e poupança do tipo pecúlio.</p>	<p>Reintroduziu a indexação na economia, a inflação oficial passou para a média de 16% ao mês, houve especulações contra o câmbio, redução das exportações e das reservas internacionais que provocaram o pedido de moratória da dívida externa em fevereiro de 1987.</p>

Fonte: Elaboração do autor.

QUADRO 1 - PRINCIPAIS DECISÕES ECONÔMICAS E PROGRAMAS DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA NA DÉCADA DE 1980 (continuação)

<p>Bresser (Dec.-Lei 2.335, de 12-06-1987)</p>	<p>Deter o crescimento da inflação, equilibrar o balanço de pagamentos e reduzir o déficit público de 6,7% para 3,5% do PIB.</p>	<p>Mudou a base de cálculo do IPC, tabelou preços e salários por três meses, mudou a política salarial ao introduzir a URP, adotou políticas fiscal e monetária restritivas, 2 desvalorizações da taxa de câmbio, diminuiu os investimentos, entre outras na Petrobrás, Vale do Rio Doce, Eletrobrás, Itaipu, retirou subsídios do trigo, reajustou as tarifas públicas e diminuiu a folha de pagamentos das empresas estatais em 5% (CZ\$ 11,8 bilhões).</p>	<p>Em 1987: conforme o DIEESE, as perdas salariais foram de 37,74%, houve formação de estoques: de mercadorias e a inflação média passou de 16% para 25% ao mês, saldo comercial de US\$ 11.172 bilhões, reservas externas de US\$ 4.433, déficit público operacional de 5,5% do PIB, PIB de 3,5%, inflação oficial de 365,96%, dívida interna de US\$ 93 bilhões, dívida externa de US\$ 121,2 bilhões, desemprego médio anual na RMSMP foi de 9,2% (SEADE-DIEESE).</p>
<p>Verão (MP 32, de 15-01-1989)</p>	<p>Obter estabilização monetária, promover um ajuste fiscal com corte nas despesas, aumento da arrecadação financeira e redução do déficit operacional para 2% do PIB.</p>	<p>Tabelamento de preços e salários (esses últimos pela média dos 12 meses anteriores), extinguiu a URP, a OTN e proibiu cláusula de correção monetária em contratos com prazos igual ou inferior a 90 dias (desindexação), instituiu a IOF com alíquota de 10%, sobre rendimentos brutos, desvalorizou o Cruzado Novo em 17% e extinguiu ministérios.</p>	<p>Em 1989: conforme a data-base, segundo o DIEESE, as perdas salariais oscilaram entre 41,27% e 49,91%, houve mais preferência por ativos reais que pela moeda nacional e formação de estoques de mercadorias (processo de hiperinflação), saldo comercial de US\$ 16.120, reservas externas de US\$ 7.268, déficit público operacional de 6,9% do PIB, inflação oficial de 1.765%, PIB de 3,2%, dívida interna de US\$ 89,5 bilhões, dívida externa de US\$ 115,1 bilhões, desemprego médio anual na RMSMP de 8,7% (SEADE-DIEESE).</p>

Fonte: Elaboração do autor.

4. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Júlio S.G. *Crise econômica e reestruturação de empresas e bancos nos anos 80*. Campinas: Unicamp, 1994, (Tese, Doutorado em Economia).

BALTAR, Paulo E. A.; HENRIQUE, Wilnês *Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil*. In: OLIVEIRA, Carlos A. B. et alii (org.) *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

, BALTAR, Paulo E. A (coord.) *Projeto: Distribuição de renda, salários e emprego nos anos 1980*. Campinas: Unicamp-Fecamp-SEADE, vol. 1, (Relatório de Pesquisa), 1993, (mimeografado).

BANCO CENTRAL DO BRASIL (Bacen) *Boletim do banco central do Brasil*. Brasília: Departamento Econômico do Banco Central do Brasil, vol. 31, n. 5, maio, 1995.

BELLUZZO, Luís G. M. , ALMEIDA, Júlio S. G. *A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira*. In: BELLUZZO, Luís G. M. ; BATISTA JUNIOR, Paulo N. (org.) *A luta pela sobrevivência da moeda nacional*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CANO, Wilson *Auge e inflexão da desconcentração econômica no Brasil*. Campinas: Unicamp - IE, 1995, (mimeografado).

CAPPA, Josmar G. *Sistema de relações de trabalho no Brasil: um estudo sobre problemas e dilemas entre Estado, empresários e trabalhadores a partir das transformações econômicas e políticas introduzidas no final do século XX*. Campinas: IE - Unicamp, 1999, (Tese, Doutorado em Economia).

CARDOSO de MELLO, João M. *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. *Fórum Gazeta Mercantil*. São Paulo: Gazeta Mercantil Editora Jornalística, 1983.

CARNEIRO, Ricardo, MIRANDA, José C. Os marcos gerais da política econômica. In: CARNEIRO, Ricardo (org.) *Política Econômica da Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____ A trajetória do plano cruzado. In: CARNEIRO, Ricardo (org.) *A política econômica do cruzado*. Campinas: Bial - Unicamp, 1987.

_____ A heterodoxia conservadora. In: *A heterodoxia em xeque*. São Paulo - Campinas: Bial - Unicamp, 1988.

_____, BUAINAIN, Antônio M. (org.) *O retorno da ortodoxia*. Campinas: Bial - Unicamp, 1989.

_____ *Crise, estagnação e hiperinflação: a economia brasileira nos anos 80*. Campinas: Unicamp, 1991, (Tese, Doutorado em Economia).

CASTRO, Antonio B. Ajustamento x transformações: a economia brasileira de 1974 a 1984. In: CASTRO, A.B. , SOUZA, F.E.P. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

COUTINHO, Luciano Percalços e problemas da economia mundial capitalista. In: LESSA, Carlos et alii (org.) *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1984, vol. 1.

CRUZ, Paulo D. *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DEDECCA, Cláudio S. *Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano: uma abordagem da região metropolitana de São Paulo*. Campinas: Unicamp, 1990 (Tese, Doutorado em Economia).

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE) Dez anos de política salarial. *Estudos Sócio-Econômicos*, São Paulo: DIEESE, n. 3, ago., 1975.

A política econômica dos anos 80: Estagnação com envelhecimento...

_____ Emprego e desemprego na Grande São Paulo: conceitos, metodologia e principais resultados (1981-1983). *Pesquisa DIEESE*, São Paulo, jul., 1984.

_____ Plano bresser: a conta será paga pelos trabalhadores. *Boletim DIEESE*, São Paulo, ano VI, jun., 1987.

_____ Aumentam as perdas salariais com o plano verão. *Boletim Dieese*, São Paulo, ano VIII, jan., 1989.

INSTITUTO DE ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO (IESP) - FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO (Fundap) *Indicadores IESP*. São Paulo, vol. 6, n. 60, mai. - jun., 1997.

LESSA, Carlos *A estratégia do desenvolvimento (1974-1976): sonho e fracasso*. Rio de Janeiro: FEA - UFRJ, 1978, (Tese, Professor Titular).

MATTOSO, Jorge E.L. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

OLIVEIRA, Carlos A B. Política de ajuste econômico e sindicatos no Brasil. *Cadernos do Cesit*, n. 9, ago., 1992.

OLIVEIRA, Fabrício A; BIASOTO JUNIOR, Geraldo A economia e a política econômica em 1989. In: OLIVEIRA, Fabrício A ; BIASOTO JUNIOR, Geraldo (org.) *A política econômica no limiar da hiperinflação*. São Paulo - Campinas: Hucitec - Unicamp, 1990.

PENROSE, Edith T. *Teoria del crecimiento de la empresa*. Madrid: Aguilar, 1962.

POCHMANN, Marcio Trinta anos de políticas salariais no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos A. B. et alii (org.) *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

_____ *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*. São Paulo: LTr, 1995.

- RUIZ, Ricardo M. *Estratégia empresarial e reestruturação industrial (1980-1992): um estudo de grupos econômicos selecionados*. Campinas: Unicamp - IE, 1994, (Dissertação, Mestrado em Economia).
- SARTI, Fernando , FURTADO, J. *Estrutura e exportações industriais nos anos 80: elementos para uma caracterização*. Campinas: IPT-Fecamp-Unicamp-IE, 1990, (Relatório de Pesquisa).
- TAVARES, Maria C. *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ - FEA, 1978, (Tese, Professor Titular).
- _____ A retomada da hegemonia norte-americana. *Revista de Economia Política*. São Paulo: Brasiliense, vol. 5, n. 2, abr.- jun., 1985.
- _____ As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência. In: TAVARES, Maria C. , FIORI, José L. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- TEIXEIRA, Aloísio *O ajuste impossível: um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil*. Campinas: Unicamp - IE, 1993, (Tese, Doutorado em Economia).